

JUSTIFICATIVA

Assunto: Prorrogação de prazo contratual por meio do Termo Aditivo.

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios do Programa Nacional de Alimentação Escolar Para os Alunos da Rede Pública de Ensino de Prainha/PA.

Os Contratos Admnoistrativos 20210308, da empresa: A DE JESUS DINIZ, CNPJ nº 26.033.840/0001-44, ambos celebrados entre a Secretaria Municipal de Educação de Prainha/PA, cujo objeto versa: Aquisição de Gêneros Alimentícios do Programa Nacional de Alimentação Escolar Para os Alunos da Rede Pública de Ensino de Prainha/PA.

O contrato 20210308 possui a validade até 08/03/2023, dessa forma há necessidade de realizarmos a prorrogação da vigência por igual período para que seja mantida a continuação do bom fornecimento.

Em consulta a contratada, manifestou - se interesse em manter o fornecimento e não manifestou a correção de valores, tornando os preços ainda vantajosos a Administração Pública.

Assim, apresentamos a seguir as razões que nos levam a entender viável e justificada a prorrogação da vigência dos supracitados contratos:

a) A execução dos contratos vem sendo prestados de modo regular e tem produzido

os efeitos desejados, tendo em vista que o fornecimento manterá as condições exigidas desde o Termo de Referência, Instrumento Convocatório e o Contrato, destacando-se que a contratada possui eficiência das entregas sempre em tempohâbil, tendo em vista que o município de Prainha/PA, possui especificidades geográfica bastante peculiar sem falar das distâncias em que as unidades se encontram. O fato de a contratada garantir as entregas pontualmente com assiduidade e responsabilidade com o programa do PNAE toma-se vanmjoso manter a continuidade dos contratos administrativos.

b) Sob o ponto de vista legal, a regra é a prorrogação do contrato administrativo mediante a formalização do respectivo termo aditivo, antes do término do prazo de vigência do ajuste, ainda que amparado em um dos motivos do art. 57, § 1º, da lei nº 8.666, de 1993.

Artigo 57. A duração o dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto nos relativos.'

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega atire ti prorrogação, mantidas as demais cláusulas do concreto e assegurado a manutenção de ser equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum das seguintes motivos, devidamente autuados em processo.

Como se observa, os contratos que não se enquadram nas exceções do art. 57 da Lei nº 8.666 devem ter duração vinculada aos respectivos créditos orçamentários e, uma vez findo o prazo de vigência determinado extingue-se a avença, não sendo possível a sua renovação. Já para as situações elencadas nos incisos do art. 57, o prazo de vigência do contrato, como dito, pode ser estendido por um período maior.

Dentre essas exceções, destaca-se a relativa a projeto contemplado em Plano Plurianual, que por possuir objeto cuja conclusão não é possível num outro espaço de tempo, podem ter seu prazo de vigência extrapolando o exercício financeiro, com duração pelo tempo necessário à sua execução, sendo possível, inclusive, sua prorrogação. Nestes casos, a duração dos contratos não está limitada ao exercício financeiro, mas atrelada ao prazo do plano plurianual.

A respeito, leciona Marçal Justem Filho:

“Observe-se que projetos de longo prazo envolvem, usualmente, contratos de execução instantânea, mas com objeto extremamente complexo. A duração no tempo não deriva da repetição de condutas homogêneas, mas da dificuldade de completar uma prestação que exige atividades heterogêneas. A hipótese de prorrogação de prazo relaciona-se com a impossibilidade concreta e material de

completar a prestação no prazo previsto. Na



mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo: ...'

Manter as mesmas condições originalmente pactuadas significa, evidentemente, não promover qualquer alteração contratual. Efetua-se a pura e simples prorrogação, sem alterar, repita-se, quaisquer das condições contratadas". (grifou-se) TCU. ACÓRDÃO 35/200. Plenário.

Mesmo quando existe a previsão no edital e contrato da possibilidade de prorrogação, não há direito do particular em exigir a renovação do ajuste, pois isso apenas deve ocorrer em favor do interesse público para manter uma contratação vantajosa. Por outro lado, também não poderá a Administração exigir que o particular aceite a prorrogação contratual, como sinaliza a jurisprudência a respeito:

“APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO E
CONTRATO ADMINISTRATIVO.
AÇÃO DECLARATÓRIA

IMPROCEDE
NTE. CONTRATO
ADMINISTRATIVO. PRORROGAÇÃO.
CONCORDÂNCIA DE
AMBOS CONTRATANTES. A
prorrogação constitui ato bilateral,
possuindo natureza convencional, o que
enseja a necessidade de concordância de
ambos contratantes, os quais detêm
individualmente a alternativa de extensão

da vigência contratual. Essa circunstância afasta a possibilidade de renovação automática do contrato, já que impossível a prorrogação contratual contra a vontade de um dos contratantes, sendo indispensável, portanto, a manifestação da vontade tanto pelo contratado quanto pela Administração, e qual deverá se valer de seu juízo de conveniência e oportunidade. Além disto, na hipótese, existe vedação legal à prorrogação do contrato de concessão, pelo artigo 42 da Lei nº 8.987/95.” (TJ/RS. **Apelação Cível 700229246250.**) “**A Administração não tem garantia de que o contrato**

será prorrogado. Trata-se de um acordo entre as partm: a pronogação somnte ocorre, nos casos previstos legalmente, se tanto a Administração quanto a contratada manifestarem interesse. Nenhuma das partes possui direito subjetivo \$ prorrogação.” TCU. Acórdão 819/2014. Plenário.

Ademais, a prorrogação do contrato será efetivada se houver interesse da Administmção e se for aceita pelo contratado, ou aeja, é ato bilateral que exige o consenso entre as partes expressamente demonstrado. Mesmo quando existe a previsão no edital e contrato da possibilidade de prorrogação, não há direito do particular em exigir a renovação do ajuste, pois isso apenas deve ocorrer em favor do interesse público para manter uma contratação vantajosa. Por outro lado, também não poderá a Administração *exi ix* que o particular aceite a prorrogação contratual, como sinaliza e jurisprudência a respeito:

Pode-se inferir também que para prorrogação do prazo contratual há de se levar em conta a vantagem para a administração.

Neste caso, é inquestionável a vantagem da administração, posto que o aditamento contratual evita a paralisação do fornecimento dos gêneros alimentícios destinados a execução do PNAE no âmbito municipal.

Destarte, conforme demonstrado *acima*, tanto as razões técnicas quanto legais do aditamento contratual. Assim sendo, encaminhamos para dar prosseguimento legal.

Sem mais, aguardamos respostas e reiteramos os nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Prainha -PA 01 de fevereiro de 2023.

NARLEY SAGIA DE AZEVEDO
DIB:65742354215

Assinado de forma digital por
NARLEY SAGIA DE AZEVEDO
DIB:65742354215

NARLEY SAGIA DE AZEVEDO DIB
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO